

Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa

Cícero Pereira^{1 2}

Universidade Católica de Goiás

Leoncio Camino

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Este artigo analisa as representações sociais que estudantes universitários têm do envolvimento nos Direitos Humanos e a relação dessas representações com o posicionamento político dos estudantes. Um estudo realizado com 400 universitários da cidade de João Pessoa revela que a representação do envolvimento nos Direitos Humanos é analisável em 4 dimensões: pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto. De um modo geral, os estudantes consideram que o seu envolvimento concreto nos Direitos Humanos é superior ao do governo brasileiro, mas julgam, na ordem abstrata (o que deveria ser), que a aplicação desses Direitos é de responsabilidade do governo. Verifica-se também uma relação positiva entre o ativismo político dos estudantes e o envolvimento com os Direitos Humanos. Finalmente, no que concerne aos partidos políticos, constata-se que a simpatia pelo PMDB relaciona-se positivamente com a crença de que o governo brasileiro se preocupa realmente com os Direitos Humanos, enquanto a simpatia pelo PT relaciona-se negativamente com essa crença.

Palavras-chave: Representações sociais; direitos humanos; política.

Social Representations, Human Rights Involvement and political ideology in University Students of João Pessoa

Abstract

This paper analyses the university students' social representations of human rights involvement and the relationship of these representations with the students' political positioning. A study carried out with 400 students of João Pessoa shows that the representation of human rights involvement can be analyzed from 4 dimensions: personal-abstract, personal-concrete, governmental-abstract and governmental-concrete. On the whole, students regard their real involvement in Human Rights is superior to the Brazilian government involvement. However, in the abstract order of how it should be, they consider that enforcing the rights is government responsibility. It is also shown that there is a positive relationship between students' political activism and Human Rights involvement. Finally, as far as political parties are concerned, it is observed that political sympathy with PMDB correlates positively with the belief that the Brazilian government is really concerned with Human Rights, whereas political sympathy with PT has negative correlation with that belief.

Keywords: Social representations; human rights; political ideology.

Após mais de meio século de vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), os meios de comunicação mostram, às vezes dramaticamente, esses direitos sendo violados. Exemplos dessa situação são explicitados nas estatísticas governamentais, que indicam que as condições de pobreza no mundo estão aumentando (*United States Department of Labor*, 1992). No Brasil, segundo dados do censo de 1980 (Ministério do Trabalho, 1998), os homens ganham 35% a mais que as mulheres e os brancos duas vezes a mais que os negros. Essas diferenças, vinte anos depois, continuam aumentando (www.ibge.gov.br/home/estatistica). Além de denunciarem a situação a que

minorias sociais estão submetidas, esses dados apontam para as conseqüências psicológicas dessa situação. Nesse sentido, pesquisas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos indicam que a tolerância em relação a essas minorias diminuiu nas últimas décadas (Halman & Moor, 1994). Como resposta a essa intolerância, aumentam também as vozes das minorias sociais e de diversas organizações da sociedade civil que cobram, dos Estados, punições contra os responsáveis pelas violações aos Direitos Humanos. De fato, Frank e McEneaney (1999) constataram, em 86 países, que a capacidade de mobilização das minorias sexuais é determinante no reconhecimento dos seus direitos. Entretanto, a população pouco tem se empenhado na aplicação desses direitos; ao contrário, constata-se, no Brasil, um certo apoio a essas violações (Cardia, 1995), em que cidadãos comuns, em nome da justiça, chegam a participar de linchamentos populares (Souza, 1996; Souza & cols., 1998).

¹ Os autores agradecem a Ana Raquel Rosas Torres, a Cleonice Camino e a Willem Doise pelos valiosos comentários à pesquisa apresentada neste artigo.

² Endereço para correspondência: Caixa Postal 12900, 74643-970, Goiânia, Goiás. E-mail: cicereira@uol.com.br / ciceropereira@yahoo.fr

Desse modo, é importante entender o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade com os Direitos Humanos. Mas quem é o responsável pela aplicação desses direitos? O Estado ou o indivíduo? Em outras palavras, a quem é atribuída a responsabilidade, ou como é representada essa responsabilidade? Diversos ramos do saber humano (Ex.: a Filosofia, as Ciências Políticas, o Direito, etc) procuram responder a essas perguntas. Mas o que interessa saber aqui é o que pensa o cidadão comum. A partir da perspectiva de Moscovici (1976) sobre o fato das representações sociais serem transformações dos conhecimentos científicos, filosóficos e ideológicos, pode-se perguntar, especificamente, como o senso comum representa o seu envolvimento e o do governo nos Direitos Humanos. Este artigo analisa, portanto, as representações que universitários têm do seu próprio envolvimento, assim como o do governo brasileiro, na aplicação desses direitos, e a relação dessas representações com o posicionamento político desses estudantes.

As Representações Sociais

As representações sociais traduzem o pensamento do senso comum uma vez que descrevem as transformações que os diversos grupos sociais fazem das teorias filosóficas e científicas dominantes nas sociedades contemporâneas (Moscovici, 1976). Duas características fundamentais devem ser assinaladas nesse processo. Primeiro, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento particular das sociedades industriais e, portanto, são irredutíveis a qualquer outra forma de conhecimento. Embora tenham relações estreitas com a ideologia, a ciência e o mito, constituem um campo próprio do conhecimento humano. De fato, elas são apropriações que as sociedades de massa fazem dos conhecimentos produzidos pela ideologia, pela ciência e pelo mito, mantendo a heterogeneidade e o dinamismo próprios das comunicações dessas sociedades. Essas características diferenciam as representações sociais das representações coletivas (Durkheim, 1898), que se apresentam como conhecimentos homogêneos e atemporais nas culturas primitivas.

A segunda característica refere-se ao fato das representações sociais não serem respostas a um estímulo do meio social (noção clássica de representação mental), mas uma construção do significado desse meio, onde estímulo e resposta se formam ao mesmo tempo, sendo o estímulo determinado pela resposta e a resposta pelo estímulo (Vala, 2000). Elas fundamentam as ações sociais, não porque guiam o comportamento, mas por construírem o ambiente para a ocorrência do comportamento. Elas dão sentido ao comportamento “integrando-o numa rede de relações que o vincula ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os pontos de observação que

tornam essas relações estáveis e eficazes” (Moscovici, 1976, p. 48). Essa relação complexa que a Teoria das Representações Sociais propõe entre estímulo, indivíduo e comportamento social a diferencia das teorias clássicas sobre mediadores sociais do comportamento (Farr, 1995). Essa teoria não nega esses mediadores, como opiniões e atitudes, mas considera que esses conceitos não são reações do sujeito à realidade, mas elementos próprios dos processos de construção social da realidade. É nesse sentido que as representações sociais não apenas guiam o comportamento, função das atitudes na Psicologia Social Clássica, mas constroem o repertório com as possibilidades de ocorrência desse comportamento, onde o sujeito não reage à realidade, mas a constrói (Farr, 1991).

A formação das representações sociais segue dois processos: objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo em que conceitos abstratos são materializados em realidades concretas. Para Moscovici (1984), “objetivar é reproduzir um conceito numa imagem” (p. 38) até que “essa imagem se converta num elemento da realidade em vez de só ser um elemento do pensamento” (p. 40). A ancoragem, por sua vez, é o processo de reconhecimento de objetos não familiares com base em categorias previamente conhecidas. Trata-se da atribuição de categorias e nomes à realidade, porque, ao classificar, “revelamos nossas teorias sobre a sociedade e o ser humano” (Moscovici, 1976, p. 34). Embora esteja envolvido na categorização um sistema de inferências cognitivas, esse sistema é regulado no meta-sistema de atitudes sociais. Assim, a ancoragem social refere-se às formas concretas como os indivíduos se inserem na sociedade e se apropriam dos esquemas de categorização de seus grupos (Doise, 1989; Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

A Teoria das Representações Sociais tem recebido diversas críticas no nível conceptual (Augoustinos & Walker, 1995; Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1985) e no nível metodológico (Leyens & Dardenne, 1996). No que se refere aos aspectos conceituais, deve-se sinalizar que essa teoria se apresenta mais como um campo de teorizações e pesquisas do que como uma teoria fechada. Em virtude desta particularidade, defendida pelo próprio autor (Moscovici, 1988), têm-se desenvolvido diversas formas de entender o conceito de representações sociais. Uma abordagem influente no Brasil é a desenvolvida por Jodelet (1993), que, numa perspectiva antropológica, estuda as formas que tomam os processos de objetivação. São clássicos seus estudos sobre representação da doença mental em uma comunidade rural (Jodelet, 1989). Numa perspectiva experimental, Abric (1994) analisa a objetivação através de núcleos centrais e periféricos que estruturam as representações. É destacado, no interior dessas abordagens, o consenso social

que constrói representações homogêneas (Vala, 2000). Mas dessa maneira pode-se perder de vista os processos sociais complexos, resultantes das interações de consensos e dissensos que subjazem às representações sociais polêmicas. Billig (1988) e Doise (1989) discordam da maneira como se concebe a natureza consensual das representações sociais e insistem em colocar o consenso não no conteúdo das representações, mas nos princípios que dão significado aos aspectos consensuais e divergentes do campo representacional. De fato, o próprio Moscovici (1989) substituiu o conceito de representações coletivas pelo de representações sociais para indicar que os conhecimentos sociais não são nem homogêneos, nem “partilhados enquanto tais por toda a sociedade” (Moscovici, 1988; p. 219) – como eram as representações coletivas nas sociedades primitivas (Durkheim, 1912/1985) –, mas seriam conhecimentos partilhados na heterogeneidade da desigualdade social.

Segundo Camino (1996) e Vala (1996), a Teoria das Representações Sociais pode abordar a constituição complexa e dialética dos conhecimentos sociais se for complementada com a Teoria das Minorias Ativas e com a Teoria da Identidade Social. A Teoria das Minorias Ativas permite entender as dinâmicas cognitivas subjacentes aos processos de consenso e dissenso. Nessa teoria, Moscovici (1979) inverte a dinâmica da comparação social, colocada pelo funcionalismo no centro do consenso, ao afirmar que a percepção é sempre social e que os sujeitos se comparam com outros não porque a realidade seja ambígua, mas porque existe uma norma social de objetividade que estabelece o consenso como critério de verdade. Nas situações de desacordo, a realidade torna-se ambígua, o que gera um conflito cognitivo cuja resolução pode assumir diferentes modalidades: o conformismo, a submissão ou a inovação. Dada a heterogeneidade das sociedades contemporâneas, quais seriam as condições sócio-psicológicas para a aplicação da norma de objetividade? Para Vala (1996), a incerteza sobre a realidade se geraria apenas quando há desacordo com aqueles com quem se espera estar de acordo, sendo aqueles com quem se espera estar de acordo membros do grupo de pertença. A Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982) permite entender a construção social das representações polêmicas e os processos de ancoragem dessas representações, pois oferece as bases para a compreensão da formação simbólica dos grupos sociais (Camino, 1996).

Quanto aos problemas metodológicos, Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993) propuseram o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais. Com base no fato das representações sociais não representarem simplesmente opiniões, imagens ou atitudes em relação aos objetos sociais, mas sistemas de conhecimento que organizam a sociedade

(Moscovici, 1976), Doise (1990, p. 125) as definiu como “princípios organizadores das tomadas de posição ligadas às inserções específicas no conjunto de relações sociais que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”. Segundo essa abordagem, o estudo das representações sociais deve seguir três fases: a organização do campo representacional; os princípios organizadores das diferenças individuais; a ancoragem social dos princípios organizadores. A organização do campo representacional corresponde aos processos de objetivação por vincular os elementos compartilhados das teorias de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1993) às cognições sociais (Augoustinos & Innes, 1990). Nessa fase, analisa-se a percepção que o senso comum compartilha sobre um objeto social. Na segunda fase do estudo das representações, dada a variabilidade dos posicionamentos individuais em relação ao conteúdo objetivado, analisam-se os princípios organizadores desses posicionamentos na estrutura do campo representacional. Na terceira fase, a da ancoragem social, identifica-se de que forma as pertenças sociais definem as representações que os grupos sociais constroem (Doise, 1992). Doise (1993) destaca três níveis de análise nos estudos da ancoragem: o psicológico, o sociológico e o psicossociológico. A análise psicológica investiga a ancoragem das representações nas atitudes individuais. No nível sociológico, estuda-se a influência da pertença dos indivíduos nos grupos sociais sobre as representações. No nível psicossociológico, a ancoragem pode ser analisada através dos posicionamentos ideológicos dos grupos sociais.

No seu trabalho sobre análise quantitativa das representações sociais, Doise e colaboradores (1993) apresentam diferentes técnicas estatísticas para o estudo dos três aspectos das representações sociais. No Brasil, pouco se tem utilizado essas técnicas. Lacerda e colaboradores (2002) aplicaram-nas em um estudo sobre as representações sociais da homossexualidade e Pereira, Torres e Almeida (2002) utilizaram-nas na análise do preconceito racial. Este artigo, a fim de colaborar nos debates metodológicos, utiliza algumas dessas técnicas para analisar os princípios organizadores do envolvimento nos Direitos Humanos e a ancoragem social desses princípios organizadores no posicionamento político-ideológico dos estudantes.

Representações Sociais, Direitos Humanos e Posicionamento Político-Ideológico

O conceito de representação social vem sendo utilizado na análise de diversos fenômenos sociais. No Brasil, tem sido utilizado para analisar aspectos sociais como: a ecologia (Arruda, 1993); a prostituição (Castro, 1993); a criança (Guareschi, 1993); a justiça (Menin, 2000); a homofobia (Lacerda & cols., 2002); meninos de rua (Abric & Campos,

1996); o trânsito (Campos & Lagares, 2001); o Brasil (Campos & Rouquette, 2000). Nos últimos anos, os Direitos Humanos também vêm sendo abordados nessa perspectiva (Doise, 1998a). Essa abordagem é apropriada, pois os direitos, independentemente de sua perspectiva (naturalista ou culturalista), apresentam-se na consciência do indivíduo como realidades concretas. “Pensamos no que se refere à existência e à qualidade de nossos direitos que não poderia ser de outra maneira, que sempre foi assim, que sempre será assim. Pensamos neles como coisas muito naturais, decorrentes do que nós mesmos somos” (Camino, 2000, p. 43). Nesse sentido, a objetivação de conceitos, como Direitos Humanos, mostra que esses são representações complexas fundamentais à vida moderna.

As pesquisas realizadas sobre o conteúdo da DUDH (Doise, 1998b; Doise, Clémence & Spini, 1996; Doise, Dell’Ambrogio & Spini, 1991; Doise & Herrera, 1994; Doise, Spini, Jesuino, Ng & Emler, 1994; Doise, Staerklé, Clémence & Savory, 1998; Herrera, Lavalée & Doise, 2000; Huguet, Latané & Bourgeois, 1998; Spini & Doise, 1998) mostram que os grupos sociais organizam os artigos da declaração em dois conjuntos de direitos: direitos políticos e direitos econômicos. Esses resultados revelam algumas características fundamentais das representações sociais. Primeiramente, mostram que as representações funcionam como princípios de categorização e de classificação da realidade social. Segundo, elas refletem os debates ideológicos realizados na Organização das Nações Unidas (ONU) no início da guerra fria e durante a elaboração da DUDH. Enquanto o bloco dos países capitalistas priorizava os direitos políticos individuais, os países comunistas, juntos aos países não-alinhados do Terceiro Mundo, insistiam na necessidade de dar prioridade aos direitos sociais, econômicos e coletivos (Palazzo, 2000). Portanto, as representações sobre os Direitos Humanos não são homogêneas e igualmente compartilhadas por todos os membros de uma sociedade. Elas reproduzem, no interior dos países e nos posicionamentos político-ideológicos dos diversos setores sociais, os debates ocorridos na ONU.

É nesse sentido que as representações dos Direitos Humanos se relacionam com a inserção concreta dos indivíduos nos diversos grupos sociais e com suas posições ideológicas. A ideologia é entendida aqui como um sistema simbólico interatuante de padrões de significados articulados (Geertz, 1978) que adquirem forma e existência nos signos criados por um grupo no curso de suas relações sociais (Baktin, 1981). Para Camino, Lima e Torres (1996), a ideologia, por interligar os membros de uma sociedade num sistema simbólico, pode ser abordada a partir de três níveis de análise. O primeiro nível se refere ao sistema de crenças que explicam acontecimentos históricos, identificam o que

é bom e o que é ruim, definem as relações de poder e orientam as ações sociais (McClosky, 1964). Sua função não seria oferecer um conhecimento verdadeiro da sociedade, mas inserir as pessoas nas atividades que as mantêm (Poulantzas, 1986). É nesse nível que se desenvolve o conceito de direitos. Contudo, essas crenças não são homogêneas. No interior delas existem atribuições de significados diferentes, o que permite um segundo nível de análise.

O segundo nível situa a ideologia no domínio dos conflitos sociais. Esses conflitos geram justificativas, determinadas pelos interesses dos setores dominantes, sobre a situação social dos grupos sociais, assim como críticas e utopias desenvolvidas pelos setores dominados (Löwy, 1985; Mannheim, 1950). Aqui se incluem ideologias de classe (Lenin, 1978), ideologias políticas, como o liberalismo (Reeve, 1991), o populismo (Laclau, 1978) e o fascismo (Billig, 1982), e ideologias sociais como o feminismo e o ecologismo (Vincent, 1992). A homogeneidade também não é característica desse nível. Assim, por exemplo, observam-se várias formas de populismo, diferentes propostas de luta entre as mulheres e diversos significados atribuídos à ecologia. Essas diferenças relacionam-se com a existência de grupos concretos e com as bandeiras sociais específicas que eles levantam. Essa constatação coloca a possibilidade de um terceiro nível de análise da ideologia.

O terceiro nível refere-se às práticas, representações e normas derivadas dos princípios doutrinários e dos programas de ação que traduzem o conteúdo ideológico de grupos e instituições sociais. Esse nível das “ideologias programáticas” situa-se no domínio sócio-institucional e, na política, é representado nos partidos políticos (Camino & cols., 1997). Contudo, a maioria das atitudes políticas é determinada não por ideologias programáticas, mas por símbolos sociais vinculados aos sistemas de crenças dominantes nos grupos de pertença dos indivíduos (Bourdieu, 1989; Geertz, 1978; Sniderman & Tetlock, 1986). Nesse caso, é através dos símbolos partidários e não dos programas políticos que se entra no campo mais geral das ideologias sociais. As ideologias programáticas específicas refletiriam, portanto, ideologias sociais mais amplas que se constituem em matrizes que orientam as escolhas políticas e sociais do cotidiano. É nesse sentido que se pode estabelecer relações entre identificação partidária e concepções dos Direitos Humanos.

De fato, num estudo realizado nos Estados Unidos, Diaz-Veizades, Widaman, Little e Gibbs (1995) mostram que a atitude favorável dos norte-americanos aos direitos sócio-econômicos correlaciona-se positivamente com a simpatia pelo Partido Democrata, enquanto que a adoção da coerção estatal está ligada à identificação com o Partido Republicano. Numa pesquisa realizada por Clémence, Doise,

De Rosa e Gonzalez (1995) em quatro países, os posicionamentos diante das violações dos Direitos Humanos diferenciam-se em função do país e da identificação partidária dos adolescentes. Os estudantes da Costa Rica e da Itália identificaram-se com partidos de direita e apresentaram uma visão liberal dos Direitos Humanos, baseada no controle institucional e moral dos indivíduos. Os franceses e os suíços se identificaram mais com partidos de esquerda, apresentaram uma visão coletiva dos direitos e defenderam a criação de instâncias jurídicas internacionais de aplicação desses direitos. No conjunto, os estudos sobre as representações sociais dos Direitos Humanos mostram o reflexo do posicionamento político dos grupos sociais (Doise, Spini & Clémence, 1999; Staerklé, Clémence & Doise, 1998); a classificação dos direitos em diversos tipos indica um profundo debate ideológico.

Da mesma forma que se tem estudado a representação dos Direitos Humanos e sua relação com a política, interessa analisar como as pessoas representam o compromisso com esses direitos e seus vínculos com a ideologia. Pode-se falar da existência de uma crença amplamente compartilhada de que a responsabilidade da aplicação dos Direitos Humanos deveria ser dos países membros da ONU. De fato, o preâmbulo da DUDH atribui essa responsabilidade aos governos. Por outro lado, o engajamento de indivíduos na defesa desses direitos, através do ingresso em Organizações Não-Governamentais e em movimentos populares, desenvolve o sentimento de responsabilidade pessoal com a aplicação dos direitos. Em reforço a essa possibilidade encontra-se a necessidade do compromisso individual destacada em Viena na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos (*United Nations*, 1993).

Para avaliar esse problema, Spini e Doise (1998) fizeram um estudo sobre princípios organizadores da representação que universitários suíços têm do seu envolvimento e do governo suíço nos Direitos Humanos. Eles constataram que o compromisso com os Direitos Humanos pode ser estruturado em duas dimensões. A primeira leva em conta a quem é atribuída a responsabilidade pelo cumprimento dos direitos: ao Estado ou aos cidadãos. Essas alternativas não devem ser consideradas como opostas, pois se pode pensar que tanto o Estado quanto os cidadãos sejam responsáveis pela aplicação desses direitos. A segunda dimensão leva em conta o tipo de compromisso: concreto (aquilo que atualmente se está fazendo); abstrato (o que deveria ser feito). A combinação dessas dimensões configura quatro formas de envolvimento nos Direitos Humanos: envolvimento governamental-abstrato; envolvimento governamental-concreto; envolvimento pessoal-abstrato; envolvimento pessoal-concreto. Seguindo esse modelo, Spini

e Doise (1998) mostram que os estudantes suíços consideram que o governo de seu país encontra-se mais envolvido com a aplicação dos Direitos Humanos do que eles próprios. Essa diferença explica-se porque os estudantes atribuem uma responsabilidade elevada ao governo no nível abstrato, embora, no nível do engajamento real, eles acreditem que se envolvem tanto quanto o governo suíço.

Para Spini (1997), a distinção entre o envolvimento do Estado e o dos cidadãos é similar à encontrada nas pesquisas sobre o sentimento de eficácia política (Campbell, Gurin & Miller, 1954). Sabucedo e Cramer (1991), por exemplo, identificaram dois tipos de sentimentos de eficácia: a eficácia pessoal, traduzida na crença da participação política do indivíduo para resolver os problemas do país, e a eficácia do sistema, refletida na credibilidade dada ao sistema político para resolver esses problemas (Kinder & Sears, 1985). Esses dois tipos de sentimentos de eficácia podem levar tanto a ações de protesto (ativismo), mais comuns nas pessoas com a crença de que podem ser eficazes politicamente e nas pessoas com imagem negativa do governo, quanto à não participação em atividades políticas, mais comum em pessoas com a crença na eficácia do sistema pois têm uma visão positiva de seus governantes (Gouveia, França, Da Costa & Camino, 1997; Muller, 1980).

Os quatro tipos de envolvimento nos Direitos Humanos (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto) também foram constatados na Paraíba num estudo realizado por C. Camino, L. Camino, Pereira e Paz (2002) com universitários das cidades de Campina Grande. Diferente dos estudantes suíços, os paraibanos julgaram que o seu envolvimento nos Direitos Humanos é superior ao do governo brasileiro. Esses estudantes, embora considerem o seu envolvimento concreto superior ao do governo brasileiro, julgam que a responsabilidade pela aplicação desses direitos deveria ser tanto do governo quanto deles próprios.

Direitos Humanos e Ideologia em Universitários de João Pessoa: Um Estudo Empírico

A visão anteriormente mencionada será compartilhada por outros estudantes do Estado da Paraíba e, portanto, constituirá uma representação dominante no Estado? Como se relacionarão os posicionamentos políticos com a representação do envolvimento nos Direitos Humanos? A fim de responder a essas perguntas, realizou-se um estudo que analisa a estrutura das representações sociais dos universitários da cidade de João Pessoa sobre o compromisso com os Direitos Humanos, e a relação que essas representações mantêm com a participação sócio-política (ativismo) e com a identificação partidária dos estudantes. Esperava-se encontrar a mesma estrutura

representacional do compromisso com os Direitos Humanos verificada nos estudos realizados na Suíça (Spini & Doise, 1998) e em Campina Grande (Camino & cols., 2002). No que concerne à influência do posicionamento político-ideológico dos estudantes, espera-se verificar uma relação positiva entre o ativismo político e o envolvimento pessoal na luta pelos Direitos Humanos (Spini, 1997; Spini & Doise, 1998). Especificamente, espera-se constatar que quanto maior a participação em atividades oposicionistas, menos positiva será a avaliação do governo no que diz respeito aos Direitos Humanos. Quanto à relação entre simpatia partidária e formas de envolvimento nesses direitos, espera-se que a simpatia por partidos de direita se relacione ao menor compromisso pessoal com os Direitos Humanos e à visão positiva da atuação do governo nesse campo. Em relação à simpatia pelos partidos de esquerda, espera-se verificar resultados similares aos obtidos em outros países, onde a simpatia de esquerda correlaciona-se positivamente com a defesa dos Direitos Humanos (Doise & cols., 1998, 1999; Staerklé & cols., 1998).

Mas o que significa esquerda ou direita no cenário político brasileiro? Esquerda-Direita, dicotomia clássica no campo político, vem sendo empregada desde a revolução francesa para designar o contraste entre ideologias que dividem o universo eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas (Bobbio, 1995). Como não podia deixar de ser, essa dicotomia tem variado de significado e de conteúdo em função do tempo e do contexto social. A Guerra Fria, por exemplo, teve, como consequência política, a polarização de países e de pessoas em dois campos. A simpatia com o Comunismo ou com o Capitalismo definia, naquele momento, as posições de esquerda ou de direita (Hobsbawm, 1995). No que concerne aos Direitos Humanos, os países comunistas, juntos aos países não-alinhados do Terceiro Mundo, priorizavam os direitos sociais, econômicos e coletivos, enquanto o bloco capitalista enfatizava os direitos políticos individuais.

O significado dessa dicotomia tem mudado, embora se acredite que no essencial ela ainda diferencia posições ideológicas (Singer, 1999). Mesmo assim, deve-se tentar contextualizar esses termos para entender o que eles estão significando em cada circunstância. Nesse sentido, constata-se atualmente, no Brasil, que existe uma assimetria no modo como ambos os lados (esquerda-direita) são percebidos (Pierucci, 1987). Curiosamente, para um país que tradicionalmente vota em partidos de direita, a pecha de direitista é rejeitada tanto pelos políticos como pelos eleitores. Em uma pesquisa publicada no Data Folha (1995), por exemplo, verificou-se que só a metade dos representantes de partidos liberais consideram-se de direita e que mais de três quartos dos representantes de

partidos ditos de centro-direita situam-se à esquerda, o que reflete o fato da “direita” ser vista como algo negativo.

Esse viés não impede aos eleitores, sejam universitários ou não, relacionarem partidos de direita às visões sistêmicas ou tradicionais da política e partidos de esquerda às visões classistas, tal como constatado no eleitorado paraibano (Camino, Silva & Souza, 1998; Camino, Torres & Da Costa, 1995). Também se constata na Paraíba uma representação da estrutura partidária estável e coerente (Mendoza & Camino, 2000). Assim, o estudo de Pereira, Lima e Camino (1997), por exemplo, mostra que os universitários da Paraíba organizaram os partidos em quatro subgrupos distribuídos em torno de duas dimensões. Na primeira dimensão, o PT se contrapôs a todos os outros partidos, principalmente aos do bloco de partidos classificados como a Direita Clássica (PRONA, PFL, PTB, PPB, PL e PRN). Na segunda dimensão, observou-se uma certa afinidade entre o PT e os partidos de Esquerda (PV, PCdoB, PSB e PDT). Esses dois blocos se opuseram aos dois partidos que constituem o bloco situacionista de Centro-Direita (PMDB e PSDB). O PMDB é o partido que governa o Estado desde o início dos anos oitenta. Nesse sentido, as duas dimensões representam dois níveis onde se dão os confrontos políticos: o nacional e o estadual. Pode-se também pensar na distinção entre um nível de confrontos ideológicos, com o PT se opondo ao PFL, e um nível de confrontos partidários, com os partidos de esquerda se opondo ao PMDB e ao PSDB, que são situacionistas na Paraíba. Com base na complexidade da representação da estrutura partidária em estudantes paraibanos, espera-se que a relação entre simpatia partidária e envolvimento nos Direitos Humanos, embora corrobore pesquisas realizadas em outros países (Spini, 1997; Spini & Doise, 1998), seja mais complexa que a oposição esquerda-direita.

Método

Participantes

Participou neste estudo uma amostra aleatória de 400 estudantes universitários de ambos os sexos da cidade de João Pessoa. A idade média dos estudantes é de 23 anos ($dp=7,25$).

Instrumentos

A representação do envolvimento nos Direitos Humanos foi verificada com a escala desenvolvida por Spini e Doise (1998) para avaliar o envolvimento pessoal-concreto, pessoal-abstrato, governamental-concreto e governamental-abstrato. Inicialmente, solicitou-se que os estudantes pensassem nos “Direitos Humanos em Geral”. Em seguida, foram apresentadas as seguintes afirmações: “Eu deveria

fazer muito para a aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro investe de uma maneira concreta para fazer aplicar esses direitos”; “Eu me empenho suficientemente na aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro deveria fazer muito para aplicação desses direitos”; “Eu poderia me responsabilizar na aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro empenha-se suficientemente na aplicação desses direitos”; “Eu invisto de uma maneira concreta para fazer aplicar esses direitos”; “O governo brasileiro poderia se responsabilizar na aplicação desses direitos”. Os estudantes indicaram, numa escala Likert (1970) variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), o seu grau de concordância com as afirmações. Os parâmetros psicométricos dessa escala estão apresentados na seção dos resultados.

A participação política dos estudantes foi avaliada através do Questionário de Ativismo Político utilizado na Paraíba por Lima (1997), o qual tinha mostrado possuir coeficientes de validade e fidedignidade bastante elevados. Esse questionário é composto por dez atividades típicas das lutas estudantis (Tabela 3). Os estudantes indicaram o seu grau de participação em cada uma destas atividades numa escala variando de 1 (nunca participou) a 5 (participa muito). Finalmente, solicitou-se que os estudantes indicassem o partido político de sua simpatia.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados por dois pesquisadores em salas de aulas previamente definidas através de sorteio. Os estudantes responderam aos questionários individualmente, em situação coletiva, num intervalo de tempo que variou de 15 a 20 minutos. Não se observaram recusas por parte dos estudantes em responderem aos questionários.

Resultados

Para avaliar a estrutura da representação que os estudantes têm do envolvimento nos Direitos Humanos, aplicou-se, seguindo a abordagem proposta por Doise e colaboradores (1993), uma Análise dos Componentes Principais ao grau de concordância desses estudantes com cada uma das oito afirmações contidas na escala de envolvimento nos Direitos Humanos. Os resultados mostram (Tabela 1) a existência de quatro fatores que explicam 73% da variabilidade. O primeiro fator, explicando 20% da variância, é constituído pelos itens do envolvimento pessoal-concreto. O segundo fator reúne os itens do envolvimento governamental-concreto e explica 19% da variância. O terceiro fator se refere ao envolvimento pessoal-abstrato e explica 18% da

Tabela 1

Cargas fatoriais, Eigenvalues, Variância Explicada e Fidedignidade das Escalas Utilizadas na Análise dos Tipos de Envolvimento nos Direitos Humanos

Itens abreviados da escala	Tipos de envolvimento nos direitos humanos			
	Pessoal concreto	Governamental concreto	Pessoal abstrato	Governamental abstrato
Eu me empenho suficientemente na ...	0,90			
Eu invisto de maneira concreta para ...	0,89			
O governo brasileiro empenha-se ...		0,87		
O governo brasileiro investe ...		0,86		
Eu deveria fazer muito para a aplicação ...			0,87	
Eu poderia me responsabilizar na ...			0,80	
O governo deveria fazer muito para ...				0,82
O governo brasileiro poderia se ...				0,77
<i>Eigenvalues</i>	1,60	1,50	1,40	1,30
Variância explicada	20%	19%	18%	16%
Fidedignidade das escalas (Alfas)	0,81	0,76	0,60	0,64

Nota. Apenas as cargas fatoriais superiores a 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*.

variabilidade. O quarto fator, explicando 16% da variância, organiza os itens referentes ao envolvimento governamental-abstrato. Os coeficientes de fidedignidade das escalas variam de 0,81 a 0,60 ($m=0,7$), o que permite a construção de quatro indicadores do posicionamento dos estudantes em relação aos quatro tipos de envolvimento nos Direitos Humanos.

Após a obtenção desses indicadores, aplicou-se uma Análise de Variância com medidas repetidas (Tabela 2) para testar a combinação entre a quem é atribuída à responsabilidade pela aplicação dos Direitos Humanos (ao cidadão ou ao governo) e em que nível é feita a atribuição (abstrato ou concreto). Os resultados mostram que todos os efeitos principais são significativos, pois os estudantes consideram que seu próprio envolvimento ($m=3,3$) é superior ao do governo brasileiro ($m=3$) [$F(1/398)=29,60; p<0,001$]

e que o nível de envolvimento abstrato ($m=4,1$) é maior do que o concreto ($m=2,3$) [$F(1/398)=830,01; p<0,001$]. Observa-se também uma interação significativa [$F(1/398)=325,40; p<0,001$], pois, se no nível concreto, os estudantes se percebem mais envolvidos ($m=2,9$) do que o governo brasileiro ($m=1,7$), no nível abstrato, eles julgam que o governo deveria se envolver mais ($m=4,4$) do que eles próprios ($m=3,8$).

Os resultados de uma análise fatorial (utilizando-se o Método dos Eixos Principais para extrair os fatores), aplicada aos escores da atividade política dos estudantes mostram (Tabela 3) a existência de apenas um fator que explica 40% da variabilidade da participação nas atividades políticas que compõem a escala. Além disso, a fidedignidade da escala mostra-se satisfatória ($\alpha=0,86$), permitindo a construção de um indicador de ativismo político dos estudantes.

Tabela 2
Escore Médios do Posicionamento dos Estudantes em Relação ao Envolvimento, seu e do Governo Brasileiro, no Cumprimento dos Direitos Humanos

Tipos de envolvimento	Níveis de envolvimento		Total
	Concreto	Abstrato	
Pessoal	2,9 _c	3,8 _b	3,3 _a
Governamental	1,7 _d	4,4 _a	3,0 _b
Total	2,3 _b	4,1 _a	3,1

Nota. Dentro de cada seção de linhas ou de colunas, as médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas no teste de *Scheffé* a $p<0,05$. A escala varia de 1 (menor envolvimento) a 5 (envolvimento mais elevado).

Tabela 3
Cargas Fatoriais, Eigenvalue, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Ativismo Sócio-político

Escala de ativismo sócio-político	Cargas fatoriais
Manifestações contra o desemprego	0,78
Campanhas de apoio aos movimentos populares	0,70
Protestos contra a violência	0,70
Protesto contra a carestia, o aumento de passagens, a meia entrada, etc.	0,69
Lutas reivindicatórias de bairro	0,65
Atividades na política estudantil (eleger membros do DCE, CAs, DAs)	0,63
Campanhas contra a fome, drogas, analfabetismo, pró-saúde, etc.	0,57
Lutas reivindicatórias na universidade	0,56
Atividades na política universitária (eleger reitor, diretores de centros, etc.)	0,51
Atividades nas campanhas eleitorais	0,41
<i>Eigenvalue</i>	4,00
Variância explicada	40%
Fidedignidade da escala (Alfas)	0,86

No que se refere à simpatia partidária, observou-se que quase a metade dos entrevistados (45%) afirmou não ter identificação partidária. Observou-se também que 39% dos estudantes simpatizam pelo PT, apenas 9% preferem o PMDB, 3% o PSDB e 2,5% o PFL. Constatou-se também que todos os outros partidos juntos reúnem apenas 1,5% da preferência partidária. Essa distribuição da simpatia partidária é a mesma obtida em estudos anteriores realizados na década de 1990, o que parece indicar um quadro bastante estável no que se refere ao posicionamento político dos estudantes paraibanos (Camino & cols., 1995, 1997; Mendonza & Camino, 2000).

Finalmente, analisou-se a influência do ativismo político e da simpatia partidária na representação que os estudantes têm do seu envolvimento e do governo brasileiro nos Direitos Humanos. Seguindo a abordagem de Doise e colaboradores (1993), efetuaram-se quatro Regressões Múltiplas pelo Método Gradual, uma para cada forma de compromisso com os Direitos Humanos (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto), usando como variáveis independentes o ativismo político e a simpatia pelos partidos (PT, PMDB, PSDB e PFL). Os resultados da primeira regressão mostram (Tabela 4) que o envolvimento pessoal-abstrato relaciona-se positivamente com o ativismo político ($\beta=0,17; p<0,01$) e negativamente com a simpatia pelo PSDB ($\beta=-0,11; p<0,05$), pois os estudantes que simpatizam por esse partido tendem a discordar de que eles deveriam se envolver com a aplicação dos Direitos Humanos. Com relação ao envolvimento pessoal-concreto, os resultados da

segunda regressão mostram que apenas o ativismo político mantém uma relação significativa com esse tipo de envolvimento, de modo que o ativismo político leva os estudantes a avaliarem de forma positiva o seu envolvimento real com os Direitos Humanos ($\beta=0,28; p<0,001$).

A terceira regressão se refere ao posicionamento dos estudantes em relação ao envolvimento que o governo deveria ter nos Direitos Humanos. Os resultados mostram que a simpatia pelo PFL relaciona-se negativamente com esse posicionamento ($\beta=-0,12; p<0,05$), indicando que os simpatizantes por esse partido tendem a discordar de que o governo deveria se envolver com a aplicação dos Direitos Humanos. Finalmente, na quarta regressão, que se refere ao envolvimento concreto do governo, verifica-se que os estudantes que se identificam com o PMDB avaliam positivamente a ação do governo em relação aos Direitos Humanos ($\beta=0,11; p<0,05$), enquanto os estudantes que simpatizam com o PT são mais críticos, expressando uma visão negativa das atuações do governo brasileiro na área dos direitos ($\beta=-0,11; p<0,05$).

Discussão

Este artigo foi desenvolvido com os objetivos de analisar as representações sociais que universitários de João Pessoa têm do envolvimento com os Direitos Humanos e verificar as relações que essas representações mantêm com a visão ideológica desses estudantes. Subjacente a esses objetivos encontrava-se a idéia de que a abordagem quantitativa das

Tabela 4

Conjunto de Regressões Múltiplas Utilizadas na Análise da Relação entre os Tipos de Envolvimento nos Direitos Humanos, a Simpatia Partidária e o Ativismo Político dos Estudantes

Variáveis independentes	Tipos de envolvimento nos direitos humanos			
	Pessoal		Governamental	
	Abstrato β	Concreto β	Abstrato β	Concreto β
Simpatia pelo PT	0,06	0,01	0,08	-0,11
Simpatia pelo PMDB	-0,04	0,01	-0,07	0,11*
Simpatia pelo PSDB	-0,11*	-0,06	-0,18	0,05
Simpatia pelo PFL	-0,01	0,05	-0,12*	0,02
Ativismo político	0,17**	0,28**	0,03	-0,02
Coefficientes de regressão	R=0,20	R=0,28	R=0,12	R=0,17
Variância explicada	R ² =0,04	R ² =0,08	R ² =0,01	R ² =0,03

Nota. A simpatia pelos partidos políticos são *dummy variables*, sendo 1 representando a simpatia e 0 a ausência de simpatia. O ativismo político varia de 1 (nenhuma participação) a 5 (muita participação). * $p<0,05$; ** $p<0,01$; *** $p<0,001$.

representações sociais (Doise & cols., 1993) permitiria analisar as representações complexas e polêmicas do envolvimento com os Direitos Humanos. Essa abordagem apresenta técnicas estatísticas apropriadas ao estudo dos diferentes aspectos das representações. Neste trabalho, utilizaram-se algumas dessas indicações na análise dos princípios organizadores do envolvimento com os Direitos Humanos e da ancoragem social desses princípios. Através de um questionário contendo escalas sobre esses direitos, sobre participação política e sobre simpatia partidária, procurou-se abordar, de maneira objetiva, a estrutura dos elementos significativos de uma representação compartilhada por um grupo e a diversidade de interpretações decorrentes de diferentes posições ideológicas.

Quanto ao primeiro objetivo – a análise dos princípios organizadores do envolvimento com os Direitos Humanos –, os resultados mostram a existência de duas dimensões que organizam as possibilidades desse envolvimento: uma constituída pelo *locus* da responsabilidade (o indivíduo ou o governo) e outra formada pelos diferentes níveis do envolvimento (o que deveria ser *versus* o que realmente é feito). No interior dessas dimensões, distinguem-se quatro repertórios representacionais do envolvimento com os Direitos Humanos: governamental-abstrato; governamental-concreto; pessoal-abstrato; pessoal-concreto. Essa estrutura também foi identificada na Suíça por Spini e Doise (1998) e no Brasil por Camino e colaboradores (2002). A diversidade de opiniões sobre esse tema, que pode facilmente ser constatada, provém das diferentes formas que as pessoas têm de se posicionar nessas dimensões subjacentes, que parecem ser universais (Spini, 1997).

Os estudantes deste estudo, considerados como um grupo relativamente homogêneo, embora atribuam ao governo brasileiro, no nível abstrato, um maior grau de responsabilidade na aplicação dos Direitos Humanos, consideram-se, no nível concreto, mais envolvidos que o governo. Essa forma de representar o compromisso com os Direitos Humanos corrobora a obtida por Camino e colaboradores (2002) em estudantes de Campina Grande, o que sugere a possibilidade dessa representação ser dominante entre os universitários paraibanos. Nessa representação, identifica-se tanto a determinação da DUDH de que cabe aos Estados membros da ONU a aplicação dos direitos quanto o novo modelo de atuação de ONGS e Movimentos Populares, onde a militância assume formas de intervenção direta, pode estar aumentando o sentimento de responsabilidade individual em relação aos Direitos Humanos, tal como recomendado pela ONU (*United Nations*, 1993). Em decorrência dessas influências contraditórias os estudantes manifestam um grau alto de responsabilidade teórica, enquanto o grau de envolvimento

concreto, tal como descrito por eles próprios, não é elevado. Os dados indicam apenas que a percepção dos estudantes sobre seu compromisso efetivo com os Direitos Humanos é superior ao compromisso concreto que o governo brasileiro tem. Isto não implica envolvimento amplo dos estudantes nesses direitos, mas sim que o governo brasileiro faz muito pouco. De fato, eles avaliam como quase nula a atuação do governo brasileiro nessa área, pois numa escala de cinco pontos eles atribuem ao governo um escore médio de 1,7. Ao mesmo tempo, sua auto-avaliação mostra que o seu envolvimento concreto situa-se em torno da média ($m=2,9$), corroborando, assim, observações do cotidiano que mostram a população brasileira pouco empenhada com a problemática que envolve os Direitos Humanos (Cardia, 1995).

A comparação entre os resultados obtidos em Genebra (Spini & Doise, 1998), os verificados na Paraíba em outros estudos (Camino & cols., 2002) e os deste trabalho, revela diferenças importantes nas representações que os estudantes suíços e paraibanos têm do envolvimento com os Direitos Humanos. Nos estudos realizados na Suíça, os estudantes consideram, de um modo geral, que o governo de seu país é quem mais se envolve com os Direitos Humanos. Já nos resultados verificados na Paraíba, os universitários consideram que o seu comprometimento pessoal é superior ao do governo brasileiro, que quase nada faz pela aplicação dos direitos. Pode-se supor, como primeira explicação dessas diferenças, que os estudantes paraibanos representam negativamente o governo brasileiro enquanto os suíços possuem uma imagem mais positiva do governo de seu país. De fato, fontes históricas e análises sociológicas (Foracchi, 1977; Sanfelice, 1986; Santos, 1980) mostram que a identidade do movimento estudantil brasileiro tem-se constituído, ao longo das últimas décadas, pela oposição aos governos que se instalaram no Brasil. O movimento estudantil se expressa, sobretudo, organizando manifestações contrárias às plataformas de governo implantadas pelo Poder Executivo. Essa característica nacional também foi constatada nos estudantes universitários da Paraíba (Da Costa, Torres, Burity & Camino, 1994). Essa falta de credibilidade do governo se focalizaria principalmente na área dos Direitos Humanos, o que explicaria a imagem negativa da atuação do governo brasileiro nessa área.

Pode-se supor, como segunda explicação, que a diferença entre estudantes suíços e brasileiros traduziria a representação de que nos países do Primeiro Mundo os Direitos Humanos são respeitados, enquanto nos países do Terceiro Mundo, com governos frágeis e pouco democráticos, os direitos teriam pouca importância. Essa diferenciação hierárquica entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo é, evidentemente, uma crença ideológica que não corresponde

à realidade, uma vez que a Anistia Internacional, por exemplo, denuncia sistematicamente países do Primeiro Mundo, como os EUA (pela pena de morte), Inglaterra e Espanha (pela tortura de prisioneiros separatistas). Por outro lado, pouco se debate o respeito pelos Direitos Humanos nas relações internacionais, sobretudo quanto ao comércio exterior. Mesmo assim, a dimensão Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo regula uma série de relações sociais tanto entre nações quanto no interior delas (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001). Aliás, esse tipo de orientação ideológica poderia também estar influenciando teorias como as de Hofstede (1980) e de Inglehart (1991), que sugerem que as assimetrias econômicas e políticas entre os dois mundos poderiam ser explicadas ou justificadas a partir do desenvolvimento diferencial, entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, de valores culturais relacionados à democracia e aos Direitos Humanos.

Fica difícil saber qual das duas hipóteses levantadas explicaria melhor a diferença entre as duas culturas. Dado o fato dessas reflexões se fazerem comparando pesquisas realizadas tanto em populações diferentes quanto em estudos independentes, elas não poderiam ser conclusivas, mas apenas apresentar algumas idéias em forma de hipóteses. De fato, apenas estudos transculturais permitirão avaliar, no nível internacional, o papel das crenças ideológicas nas representações dos Direitos Humanos. Portanto, no que concerne ao primeiro objetivo, pode-se concluir que este estudo constata realmente que existem princípios organizadores das representações do envolvimento com os Direitos Humanos. Mas, como foi mostrado anteriormente, a existência de princípios comuns não implica homogeneidade de opiniões, mas a articulação da diversidade de posições individuais em torno de algumas dimensões. Resta saber como se desenvolvem essas diferenças individuais.

Foi pressuposto, no segundo objetivo, que um fator de diferenças individuais na representação do envolvimento com os Direitos Humanos seria a diversidade de posicionamentos ideológicos. Avaliou-se a posição ideológica dos estudantes a partir de dois critérios: a participação em atividades reivindicatórias e a simpatia partidária. No que concerne à participação oposicionista, não se verificou a relação esperada entre essa participação e a avaliação negativa do governo brasileiro. Essa hipótese é coerente com uma certa visão da natureza das atividades oposicionistas (Tajfel, 1982) e as considera como atividades destinadas a substituir a ação de um governo percebido como inoperante e ilegítimo. Nesse sentido, uma visão negativa do governo deveria acompanhar as atividades de oposição. Desde a análise pioneira de Moore (1978), diversas outras concepções das ações coletivas e dos movimentos sociais têm colocado,

como fator decisivo das atividades oposicionistas, a percepção de injustiça social acompanhada de sentimentos de eficiência política (Camino, 1990). De fato, os resultados mostram que o ativismo político se relaciona com o envolvimento pessoal (concreto e abstrato) dos estudantes com os Direitos Humanos. Quanto maior é a participação em atividades oposicionistas, maior é o compromisso efetivo e mais elevado é o sentimento de responsabilidade que os estudantes têm com a aplicação desses direitos.

Os resultados da relação entre simpatia partidária e envolvimento com os Direitos Humanos mostram que a simpatia pelo PT está associada a uma visão negativa da atuação do governo brasileiro nesses direitos. As simpatias pelo PFL e pelo PMDB se relacionam com a visão positiva da atuação do governo, embora essa visão se manifeste diferentemente para cada partido. Enquanto os simpatizantes do PFL tendem a discordar de que o governo deveria se envolver nos direitos, os simpatizantes do PMDB pensam que o governo está aplicando concretamente esses direitos. Essa distinção entre o PFL e o PMDB é coerente com a visão descrita anteriormente da estrutura partidária dos estudantes paraibanos. Naturalmente, os simpatizantes do PFL, símbolo do liberalismo, consideram que não cabe ao Estado nenhum papel regulador, enquanto os simpatizantes do PMDB, governo na Paraíba, acham que ele cumpre bem seu papel regulador. Apesar das nuances próprias da estrutura partidária brasileira, os resultados obtidos corroboram as diversas pesquisas realizadas em outros países sobre o papel da simpatia partidária na representação do compromisso com os Direitos Humanos (Doise & cols., 1998, 1999).

No que concerne ao conjunto dos objetivos empíricos, os resultados verificados evidenciam o papel complexo da ideologia na representação que as pessoas fazem do compromisso com os Direitos Humanos. Deve-se ter em conta o papel da ideologia neoliberal na compreensão das relações sociais (Billig, 1991), particularmente no que se refere às avaliações sobre o compromisso com os Direitos Humanos. O apoio praticamente unânime dos cidadãos de países do Primeiro Mundo, e tímido, embora majoritário, de cidadãos de muitos países do Terceiro Mundo à “Cruzada Antiterror” iniciada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de Setembro, parece mostrar a força da idéia de que o terrorismo, supostamente um produto cultural de certos países do Terceiro Mundo, seria a ameaça à civilização pós-moderna. Mas a mentalidade pós-moderna inclui aspirações globalizantes e aspirações setoriais (nacionalistas) que o espírito de concorrência e a meritocracia capitalista inculcam. Por isso, na mentalidade pós-moderna, coabitam concepções moralistas de fraternidade e igualdade e preocupações realistas de justiça concreta num mundo visto essencialmente como competitivo (Billig, 1991; Camino & cols., 2001). Se, por

um lado, o mundo moderno apela cada vez mais à razão e à solidariedade, por outro lado, submete-se irracionalmente às não bem explicitadas leis de mercado. De fato, hoje o mercado constitui a nova e temível divindade do mundo, mercado que não só está livre do compromisso com os Direitos Humanos, mas qualquer ataque a esse mercado parece ser um ataque aos Direitos Humanos.

Realmente, os significados mais gerais da vida social concretizam-se nas ideologias das instituições. É neste sentido que a simpatia pelos partidos de esquerda se relaciona com um maior compromisso com os Direitos Humanos, pois são esses direitos que, bem ou mal, representam uma visão crítica das idéias liberais dominantes. O fato de a análise empírica realizada mostrar que um dos princípios subjacentes ao compromisso com os direitos seja precisamente o *locus* dessa responsabilidade, o Estado ou o cidadão, coloca em evidência o núcleo da problemática social. Mas a existência da dicotomia não implica necessidade de se optar por um de seus termos. O debate não se resolve nem pela opção maniqueísta, típica da esquerda, de colocar toda a responsabilidade dos Direitos Humanos no Estado, nem pela opção psicologizante da direita ao colocar o sucesso na vida social nas intenções individuais. A constatação da existência desse paradoxo na compreensão do envolvimento nos Direitos Humanos leva à análise da ideologia que, pela sua própria natureza, é paradoxal. De fato, a ideologia, considerada como um sistema de crenças integradas, explica os acontecimentos históricos e definem o que é bom e o que é ruim. Mas os significados das inserções sociais são construídos pelas próprias pessoas nas relações do cotidiano. As pessoas são tanto portadoras quanto criadoras de significados ideológicos dominantes. Para Billig (1991), o paradoxo da ideologia seria uma variante do paradoxo da linguagem, pois quem fala é, simultaneamente, amo e servo da linguagem. Não se deve estranhar, portanto, que a noção de Direitos Humanos, fundamental na construção do que se entende por natureza humana, seja paradoxal (Camino, 2000).

Por essa razão, a análise empírica das representações sociais permite revelar dimensões subjacentes a representações polêmicas. Este trabalho, sem entrar no debate entre pesquisas quantitativas e qualitativas, só pretende apresentar um método quantitativo de análise das representações sociais. Considerando essas representações como sistemas sociais de conhecimento (Moscovici, 1976), sua análise deve ter em conta não só o seu conteúdo, mas os princípios que dão significado a esse conteúdo. Portanto, a análise das representações sociais não pode se limitar ao levantamento de opiniões de um grupo de pessoas, mas descobrir os princípios que articulam essas opiniões, os quais implicam elementos comuns e diferenças de opiniões no interior de

um grupo. Assim, este trabalho espera colaborar na compreensão das representações do envolvimento nos Direitos Humanos e com o debate sobre os métodos de estudo dessas representações.

Referências

- Abric, J. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: Système central et système périphérique. Em C. Guimelli (Org.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 73-84). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Abric, J. & Campos, P. (1996). Les éducateurs et leur représentations de l'enfant de rue au Brésil. Em J. Abric (Org.), *Exclusion sociale, insertion et prévention* (pp. 137-149). Saint-Agne: Erès.
- Arruda, A. (1993). Ecologia e desenvolvimento: Representações sociais de especialistas em formação. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 234-265). São Paulo: Brasiliense.
- Augoustinos, M. & Innes, J. M. (1990). Towards an integration of social representations and social schema theory. *British Journal of Social Psychology*, 29, 213-231.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition: An integrated introduction*. London: Sage.
- Bakhtin, M. (1981). *Marcxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Billig, M. (1982). *Ideology and social psychology*. New York: St. Martin Press.
- Billig, M. (1988). Social representation. Objectivation and anchoring: A rhetorical analysis. *Social Behavior*, 3, 1-16.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. London: Sage.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C. & Paz, M. (2002). *Moral, direitos humanos e inserção social*. (Manuscrito não-publicado)
- Camino, L. (1990). Ações coletivas e movimentos sociais: Teoria e pesquisa. *Caderno de Textos*, 1, 1-23.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.
- Camino, L. (2000). Direitos humanos e psicologia. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 41-65). São Paulo: CP.
- Camino, L., Lima, M. & Torres, A. (1997). Ideologia e espaço político em estudantes universitários. Em L. Camino, L. Lhullier & S. Sandoval (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: Teoria e pesquisa* (pp. 87-105). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Camino, L., Silva, E. A. & Souza, S. M. (1998). Primeiros passos para a elaboração de um modelo psicossociológico do comportamento eleitoral: Estudo dos eleitores de João Pessoa na campanha de 1992. *Estudos de Psicologia*, 3, 7-32.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A Face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Camino, L., Torres, A. R. & Da Costa, J. B. (1995). Voto, identificación partidária, identidad social y construcción de la ciudadanía. Em O. D'Adamo, V. G. Beaudoux & M. Montero (Orgs.), *Psicología de la acción política* (pp. 129-142). Buenos Aires: Paidós.
- Campbell, A., Gurin, G. Z. & Miller, W. E. (1954). *The voter decides*. Evanston: Row & Peterson.
- Campos, P. & Lagares, R. (2001). A representação social do trânsito como prática social complexa. *Estudos*, 28, 783-807.
- Campos, P. & Rouquette, M. L. (2000). La dimension affective des représentations sociales: Deux recherches exploratoires. *Bulletin de Psychologie*, 53, 435-441.

- Cardia, N. (1995). Direitos humanos e exclusão moral. *Revista Sociedade e Estado*, 2, 343-389.
- Castro, R. V. (1993). Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 149-187). São Paulo: Brasiliense.
- Clémence, A., Doise, W., De Rosa, A. S. & Gonzalez, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'homme: Une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, 30, 181-212.
- Da Costa, J. B., Torres, A. R., Burity, M. H. & Camino, L. (1994). Universidade: Espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas de Psicologia*, 1, 17-36.
- Datafolha (1995, 20 de março). Pesquisas de opinião. *Folha de São Paulo*, 75, 2-3.
- Diaz-Veizades, J., Widaman, K. F., Little, T. D. & Gibbs, K. W. (1995). The measurement and structure of human rights attitudes. *Journal of Social Psychology*, 135, 313-328.
- Doise, W. (1989). Atitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. Em R. Ghiglione, C. Bonnet & J. F. Richard (Orgs.), *Traité de psychologie cognitive 3: Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 198-195.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.
- Doise, W. (1998a). Social psychology and human rights. *European Review*, 6, 349-355.
- Doise, W. (1998b). Conflictual dynamics and values in social representations of human rights. Em J. L. Alves (Org.), *Ética e o futuro da democracia* (pp. 485-496). Lisboa: Colibri.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Doise, W., Clémence, A. & Spini, D. (1996). Human rights and social psychology. *The British Society of Social Psychology*, 35, 3-21.
- Doise, W., Dell'Ambrogio, P. & Spini, D. (1991). Psychologie sociale et Droit de l'Homme. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 257-277.
- Doise, W. & Herrera, M. (1994). Déclaration universelle et représentations sociales des droits de l'homme: Une étude à Genève. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 87-107.
- Doise, W., Spini, D. & Clémence, A. (1999). Human rights studied as social representations in a cross-national contest. *European Journal of Social Psychology*, 29, 1-29.
- Doise, W., Spini, D., Jesuino, J. C., Ng, S. H. & Emler, N. (1994). Values and perceived conflicts in the social representations of human rights: Feasibility of a cross-national study. *Swiss Journal of Psychology*, 53, 240-251.
- Doise, W., Staerklé, C., Clémence, A. & Savory, F. (1998). Human rights and genevan youth: A developmental study of social representations. *The Swiss Journal of Psychology*, 57, 86-100.
- Durkheim, E. (1898). Représentations individuelles et représentations collectives. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 6, 273-302.
- Durkheim, E. (1985). *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: PUF. (Original publicado em 1912)
- Farr, R. (1991). Las representaciones sociales. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 495-506). Barcelona: Paidós.
- Farr, R. (1995). Representações sociais: A teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foracchi, M. (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional.
- Frank, D. J. & McEneaney, E. H. (1999). The individualization of society and the liberalization of state policies on same-sex sexual relations: 1984-1995. *Social Forces*, 77, 911-944.
- Geertz, C. (1978). *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gouveia, R., França, D., Da Costa, J. & Camino, L. (1997). O papel das crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. Em L. Camino, L. Lhullier & S. Sandoval (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: Teoria e pesquisa* (pp. 107-125). Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Guareschi, N. M. F. (1993). A criança e a representação social de poder e autoridade: Negação da infância e afirmação da vida adulta. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 212-233). São Paulo: Brasiliense.
- Halman, L. & Moor, R. (1994). Individualización y cambio de valores en Europa y Norteamérica. Em J. D. Nicolas & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 29-62). Madrid: Fundesco.
- Herrera, M., Lavalée, M. & Doise, W. (2000). Human rights and politics: A social representational analysis of political positioning during the 1995 Quebec sovereignty campaign. *Group Processes & Intergroup Relations*, 3, 25-40.
- Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hofstede, G. (1980). *Cultures consequences*. Beverly Hills: Sage.
- Huguet, P., Latané, B. & Bourgeois, M. (1998). The emergence of a social representation of human rights via interpersonal communication: Empirical evidence for the convergence of two theories. *European Journal of Social Psychology*, 28, 831-846.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madrid: Siglo 21.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1993). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología Social* (Vol. 2, pp. 469-494). Barcelona: Paidós.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1985). Public opinion and political action. Em G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.), *The handbook of social psychology* (pp. 659-742). New York: Random House.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre o preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 165-178.
- Laclau, E. (1978). *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lenin, V. I. (1980). *O Estado e a revolução*. São Paulo: Alfa e Omega.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). Basic concepts and approaches in social cognitions. Em M. Hewstone, W. Stroebe & G. M. Stephenson (Orgs.), *Introduction to social psychology: A european perspective* (pp. 109-134). Oxford: Blackwell.
- Likert, R. (1970). A technique for the measurement of attitudes. Em G. F. Summers (Org.), *Attitude measurement* (pp. 149-158). London: Kershaw.
- Lima, M. E. (1997). *Valores, participação política, atitudes face a democracia e ao autoritarismo: Uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.
- Löwy, M. (1985). *Ideologias e ciências sociais: Elementos para análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- Mannheim, K. (1950). *Ideologia e utopia: Introdução à sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Globo.
- McClosky, H. (1964). Consensus and ideology in American politics. *American Political Science Review*, 58, 361-383.
- Mendoza, R. & Camino, L. (2000). Configuración del espacio político, el caso de los estudiantes brasileños. *Revista Española de Psicología Política*, 21, 7-29.
- Menin, M. S. S. (2000). Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: Discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 13, 59-71.
- Ministério do Trabalho (1998). *Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasil, gênero e raça: Todos pela igualdade de oportunidades*. Brasília: MTB.

- Moore, B. (1978). *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 3–69). Cambridge: Cambridge University.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales: Éléments pour une histoire. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 62–86). Paris: PUF.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1993). De la ciencia al sentido comum. Em S. Moscovici (Org.), *Psicologia social* (Vol. 2, pp. 679-710). Barcelona: Paidós.
- Muller, E. N. (1980). The psychology of political protest and violence. Em T. R. Gurr (Org.), *Handbook of political and violence* (pp. 69-99). New York: Free Press.
- Palazzo, L. O. (2000). A evolução dos direitos humanos e suas novas dimensões. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 23-39). São Paulo: CP.
- Pereira C., Lima, M. E. & Camino, L. (1997). A prática política: Uma análise psicossociológica em termos de valores e inserção social. Em M. J. L. Silva (Org.), *Iniciados* (Vol. 3, pp. 199-235). João Pessoa: Editora Universitária.
- Pereira, C., Torres, A. R. & Almeida, S. T. (2002). *O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial*. (Manuscrito não-publicado)
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, 3-17.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.
- Poulantzas, M. (1986). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reeve, A. (1991). The theory of property: Beyond private versus common. Em D. Held (Org.), *Political theory today* (pp. 122–141). California: Stanford University.
- Sabucedo, J. & Cramer, M. (1991). Sociological and psychological predictors of voting in Britain. *Journal of Social Psychology*, 13, 648-654.
- Sanfelice, J. (1986). *Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez.
- Santos, N. (1980). *História da UNE: Depoimento de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento.
- Singer, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- Sniderman, P. & Tetlock, P. (1986). Interrelationship of political ideology and public opinion. Em M. Hermann (Org.), *Handbook of political psychology* (pp. 62–96). San Francisco: Jossey-Bass.
- Souza, L. (1996). O linchamento sob uma perspectiva psicossocial: Identidade social e representação de justiça. Em L. Camino & P. Menandro (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da psicologia: Questões teóricas e metodológicas* (pp. 47–69). Vitória: ANPEPP.
- Souza, L., Rosa, L., Effgen, H., Paiva, A., Toniato, M. & Alvim, S. (1998). Direitos humanos e representação de justiça. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 497–510.
- Spini, D. (1997). *Valores e representações sociais dos direitos de l'homme: Une approche structurale*. Tese de Doutorado não-publicada, Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Education, Universidade de Genebra. Genebra, CH.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human right and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Staerklé, C., Clémence, A. & Doise, W. (1998). Representation of human rights across different national contexts: The role of democratic and non-democratic populations and governments. *European Journal of Social Psychology*, 28, 207-226.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- United Nations (1993). *World conference on human rights: The Vienna declaration and programme of action*. New York: United Nations.
- United States Department of Labor (1992). Trends in wage and salary inequality, 1967-1988. *Monthly Labor Review*, 115, 23-39.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), *O Conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social* (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 457–502). Lisboa: FCG.
- Vincent, A. (1992). *Modern political ideologies*. Oxford: Blackwell.

Recebido: 25/06/2002
1ª Revisão: 25/02/2003
Aceite Final: 10/03/2003

Sobre os autores

Cícero Pereira é Professor de Psicologia Social na Universidade Católica de Goiás. Desenvolve pesquisas sobre Valores, Comportamento Político, Direitos Humanos e Processos de Exclusão Social.

Leoncio Camino é Professor de Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UFPB. É membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP e desenvolve pesquisas sobre Direitos Humanos, Processos de Exclusão Social e Comportamento Político.